

A Geografia Urbana Brasileira: uma Análise Introdutória, de 1940 a 1995.

Sâmea Silva de Melo Barcelos

INTRODUÇÃO

Periodicamente a história da geografia brasileira precisa ser examinada no intuito de estabelecer uma avaliação crítica da produção, visando conhecer os temas que foram discutidos para que possamos assim apresentar novas pesquisas e levantar novas questões. Nesse processo, embora a geografia tenha avançado, muitas questões ainda são pertinentes e somam-se a outras relativas à situação atual. Através da análise da produção geográfica podemos reconstruir os caminhos percorridos para o entendimento do urbano e da cidade e assim construir um quadro que nos leve a compreender essa produção.

O que apresentamos aqui constitui de uma pesquisa preliminar sobre os estudos geográficos realizados no Brasil, em que analisamos apenas os trabalhos com temas relacionados à cidade e ao urbano ao longo da última metade do século XX. Procuramos identificar os autores e temas que se destacaram, mas como a produção está dispersa em diversas publicações e em diferentes períodos de tempo, optamos por executar esta análise a partir de duas publicações de grande relevância nacional selecionadas também por terem tido certa regularidade temporal. São elas a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e o Boletim Paulista de Geografia (BPG). A RBG foi publicada de 1939 a 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um órgão governamental com sede no Rio de Janeiro, portanto de grande importância nacional. A revista era inicialmente bimestral e contava com cerca de cinco artigos por volume. Já o BPG foi publicado a partir de 1949 pela Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), Seção São Paulo, com uma periodicidade trimestral até a década de 60 e depois anual. Entendemos que por se tratar de publicações das duas maiores cidades do Brasil, elas têm uma importância na vasta produção geográfica que se verificou por todo o país.

Discorreremos nessa pesquisa de forma a repensar criticamente sobre a produção da geografia urbana brasileira, dentro de uma linha de investigação que considere não apenas os números, mas que possa ser relacionada com o debate teórico hodierno de cada época. Tais produções revelam quais eram as preocupações dos geógrafos e de como o fenômeno urbano foi compreendido por eles. E apesar de ser uma metodologia rudimentar, essa investigação reflete a evolução do pensamento geográfico, como também as influências e contribuições para os estudos que abordam o fenômeno urbano.

Desse modo, o presente artigo está estruturado em cinco partes. Inicialmente, discutimos sobre a importância dos estudos sobre a produção geográfica e em seqüência retratamos a Geografia urbana brasileira. Essa primeira etapa é a base teórica para então apresentarmos a pesquisa, a partir da qual segue-se a análise dos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Paulista de Geografia. Por fim, temos as considerações finais e a bibliografia utilizada.

1. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA

Acreditamos serem relevantes os trabalhos dedicados à reflexão sobre a produção geográfica enquanto resgate das matrizes constitutivas do pensamento geográfico brasileiro, sendo fundamental para que se possam visualizar trajetórias, abordagens, influências e debates que ocorreram nesta disciplina ao longo do tempo. A prática de análise da trajetória de uma

ciência deve estar diretamente relacionada à compreensão sobre o debate científico estabelecido em cada período, como bem propunha Capel (1981) ao discutir sobre as correntes filosóficas produzidas e seu contexto histórico, porquanto a produção reflete as proposições teórico-metodológicas e influencia diretamente a constituição e o desenvolvimento do pensamento geográfico.

A cada análise da produção geográfica novas críticas são feitas. Muitas vezes essas análises representam momentos de ruptura e encaminhamento para novas direções, como também servem para estruturar novas classificações da ciência. Correa (1994) apresenta uma periodização da Geografia Urbana Brasileira a partir de momentos de rupturas. Ele classifica o primeiro período (século XVII – 1933) como fase não acadêmica e não institucionalizada, porque somente em 1934 foi criado o Departamento de Geografia e História da USP, marco da fundação da moderna geografia brasileira. Assim, o segundo período compreende os anos de 1934 a 1955. O terceiro período se inicia em 1956, ano em que foi realizado o *Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional* (UGI) considerado um marco de renovação da geografia brasileira, e que se estende até 1967. De 1968 a 1977 temos o quarto período que abrange a fase da *New Geography* ou Geografia teórica-quantitativa. O momento de ruptura para o quinto e último período é o *Congresso de Fortaleza*, quando “novas linhas de interpretação da realidade são adotadas, especialmente aquela fundada no materialismo histórico e dialético” (CORREA, 1994, p.324-325).

Essa prática de análise da produção geográfica brasileira possibilita estruturar as intensas transformações das linhas de pesquisas privilegiadas. São poucos os trabalhos que abordam a historiografia da geografia brasileira, sem dedicar-se a determinado campo de pesquisa. Em relação à Geografia Urbana diversos trabalhos foram realizados (Müller, 1966; Corrêa 1978; Fredrich, 1978; Mamígonian, 1978). Mais recentemente foi publicado livro *Caminhos da reflexão da cidade e do urbano no Brasil*, organizado por Carlos (1994), resultado do *I Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, realizado na Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, em 1989, que teve o objetivo de repensar o urbano e a cidade através de uma avaliação crítica da produção brasileira sobre estes temas. Nele constam diversos artigos que se propuseram a fazer um balanço sobre a produção geográfica nos últimos 50 anos, objetivo manifesto nos títulos, os quais utilizam variações dos verbos repensar, avaliar, interpretar, etc.

A atitude de rever a produção de uma determinada ciência permite não apenas aprofundar as discussões sobre questões anteriormente levantadas, mas também estabelecer conexões com o desenvolvimento da disciplina. Como exemplo menciona-se o trabalho realizado por Almeida (2000), que ao estudar o pensamento geográfico do IBGE relata a conexão que existia entre a produção do conhecimento para uso na estrutura de ensino, com a formação e o aperfeiçoamento do corpo docente, e o novo segmento voltado para a estruturação do sistema de planejamento territorial, do qual o IBGE passou a ser um dos principais agente. Como afirma Carlos “Não existe geografia sem produção geográfica, sem o ‘pensar-se’ a realidade, sem a explicitação teórica advinda da interpretação do real” (CARLOS, 1994, p. 9).

2. A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA

Entre as áreas do conhecimento geográfico, a geografia urbana tem instigado reflexões, pois estuda o espaço que se tornou representativo, entre outros motivos, por aglomerar a maioria da população, no caso do Brasil, cerca de 80% da população. Tal fato desperta a necessidade de pensar sobre esse espaço repleto de contradições, visto que “a cidade tornou-se o foco central da atividade econômica, social e de influência na moderna sociedade urbana” (CLARK, 1991, p.17).

A abordagem dos estudos sobre o espaço urbano consiste em entender o seu significado, procurando defini-lo através de suas características demográficas, de sua morfologia, de suas funções e do seu papel econômico e social. Consideramos dessa forma o estudo do espaço urbano como o estudo da cidade. O espaço urbano é assim uma produção social (GOTTDIENER, 1997)¹ e como tal é um produto histórico, pois é resultado de ações acumuladas através do tempo (CORRÊA, 2000, p.11) e ao mesmo tempo é realidade presente e imediata (CARLOS, 1994, p.85). Como resultado da dinâmica social de determinada sociedade que, ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção, imprime, na paisagem urbana, as marcas correspondentes (SILVEIRA, 2003, p.25).

Entretanto, essa perspectiva sobre a cidade é recente, algo que pode ser observado, mormente a partir da análise dos discursos geográficos sobre a cidade desde sua gênese. Entre os diversos trabalhos que se dedicaram à análise da produção em geografia urbana, podemos citar o de Müller como um dos percussores, quando em 1966 propôs uma classificação das fases da produção sobre a cidade. Em seu artigo *Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil* classifica a produção em fase pioneira (até 1940), fase de desenvolvimento (1940-1955) e fase de afirmação (1956-1965). Como próprio autor afirma, “mesmo considerando as deficiências de informações, só o que foi citado demonstra a vitalidade dos estudos de geografia urbana no Brasil, renunciado um futuro promissor para esse campo das ciências geográfica no Brasil” (Müller, 1966, p.19). É importante lembrar que a determinação de fases é apenas um recurso para facilitar a compreensão do que foi produzido em determinada ciência, conforme aponta Carlos (1994) “Esses momentos, que poderíamos caracterizar como fases da pesquisa urbana, estão fundamentados numa determinada concepção de mundo, têm um fio ideológico articulado e uma opção metodológica definida, mas nem sempre seguem uma seqüência cronológica, apesar de manterem características próprias e definidas” (CARLOS, 1994, p.10).

De qualquer maneira, podemos considerar que até 1940 a produção era essencialmente realizada por especialistas estrangeiros, fato que influenciou a produção no período seguinte, uma vez que a institucionalização da Geografia sofreu forte influência francesa através de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, este último responsável pela criação do curso de Geografia tanto em São Paulo (posteriormente liderado por Pierre Monbeig), quanto no Rio de Janeiro. Ele também auxiliou no processo de estruturação do IBGE e foi o criador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Os dois pesquisadores acima citados ajudaram no desenvolvimento de estudos urbanos, Deffontaines no Rio e Monbeig em São Paulo (Deffontaines, 1939 e 1944 e Monbeig, 1943). Tal a importância deles que Abreu ao falar sobre a pesquisa geográfica urbana considera que “o ponto de partida inequívoco de sua realização no Brasil encontra-se na atuação de Pierre Monbeig” (ABREU, 1994, p.206). Ressalta-se porém a caracterização feita por Corrêa que define os trabalhos de Monbeig com sendo estudos “de uma cidade vista isoladamente, estudo predominantemente descritivo e de natureza idiográfica” (CORREA, 1978, p. 9). São as chamadas Monografias Urbanas que ainda permanecem como modelo de pesquisa.

Dando continuidade sobre a periodização antes citada, o período que Müller considera como a fase de afirmação - 1956 a 1967 -, por ser até então o de maior produtividade, Corrêa em irá classificá-lo posteriormente como “período que se conferiu importância ao estudo de redes urbanas” (CORREA, 1978, p. 10). Essa mudança acompanha o período de intensa urbanização por que passava o Brasil. Conforme Almeida, essa urbanização “nos anos 60 já começava a mostrar seus efeitos, tanto em termos de crescimento metropolitano, quanto em termos de

¹ GOTTDIENER em seu livro “A produção Social do Espaço Urbano” apresenta um estudo sobre a relação espaço e sociedade e põe em discussão paradigmas clássicos sobre o urbano.

ampliação e articulação da rede urbana brasileira, principalmente a da região sudeste” (ALMEIDA, 2000, p. 96).

A produção em geografia urbana, assim como na geografia como um todo, sofre uma mudança entre 1968 e 1970, quando passa a adotar técnicas quantitativas. Processo que duraria quase toda a década de 70, considerada a época de maior força do neopositivismo. Contudo, conforme afirma Abreu (1994), não houve uma revolução neopositivista, “embora o discurso neopositivista tenha sido importado, nem seu objetivo (teorizar), nem seu método característico (o dedutivo) foram adotados plenamente pelos geógrafos brasileiros (...)” (ABREU, 1994, p. 245). Ainda assim muitos estudos foram produzidos sob essa orientação metodológica, quando também se enfatiza a necessidade de trabalhos aplicados ao planejamento nacional em um contexto político de controle estatal. A cidade nesses estudos recebe um tratamento neutro. Segundo Correa, “a geografia teórico-quantitativa introduziu nos estudos interurbanos uma perspectiva que considera a cidade e suas relações socioespaciais como ‘coisas’” (CORREA, 1994, p. 335).

A falta de consistência teórica do neopositivismo será passível de ataques. Em 1978, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos, as críticas à produção em geografia urbana giravam em torno da “tendência do geógrafo urbano de estudar apenas padrões espaciais (e não os processo que lhe são causais) e, em segundo lugar, a sua relutância em fazer uma (auto) crítica da pesquisas já realizadas até agora” (CARLOS, 1994, p.13). A insatisfação é justificada por Correa (1978) ao perceber o excessivo pragmatismo a serviço do aparelho oficial. Em todas as comunicações do evento acima citado os autores enfatizam a necessidade de mudança, sugerindo novos rumos de pesquisa. Propõem-se “o abandono do estudo de padrões espaciais em si e sua substituição por análises onde as relações entre processo e forma espaciais sejam evidentes” (ABREU, 1978, p. 21). No que o urbano deve ser estudado como parte integrante de um contexto social mais amplo (FREDRICH, 1978, p.23).

Esse evento torna-se um marco que transformou os modos de pensar e fazer geografia urbana. Segundo Carlos, a partir de então novas categorias são incorporadas, “o que permite um avanço substancial nas formas de entendimento do fenômeno urbano e uma análise que se processa para além de suas manifestações formais” (CARLOS, 1994, p. 176).

Esta nova orientação teórico-metodológica da geografia crítica tem estimulado e multiplicado a produção geográfica. “Pode-se dizer mesmo, sem medo de errar, que é a partir dessa perspectiva analítica que a pesquisa urbana tem avançado mais na geografia brasileira” (ABREU, 1994, p. 259).

3. A PESQUISA: OBJETIVOS, MÉTODOS E LIMITES

O intuito deste texto é de refletir sobre a produção geográfica brasileira, objetivando investigação da produção intelectual da Geografia urbana, veiculada em importantes periódicos de alcance nacional. As fontes documentais desta pesquisa foram a Revista Brasileira de Geografia (RBG) e o Boletim Paulista de Geografia (BPG).

A metodologia consistiu em identificar no índice de cada número dos dois periódicos, a partir do título dos artigos, aqueles que se dedicavam à temática urbana. Quando essa identificação a partir do título não foi possível, consultou-se o artigo para nos certificar. Depois de selecionados todos os artigos de Geografia urbana, iniciou-se o processo de classificação temática. Procurou-se identificar os autores e os temas. O intuito foi de construir um quadro que refletisse as influências teóricas de cada período da história da geografia urbana no Brasil, assim como da geografia enquanto área do conhecimento e de suas transformações. Esse tipo de análise

é relevante, pois há o resgate do que já foi construído, o que possibilita traçar as matrizes teóricas para construção de um retrato da geografia urbana brasileira.

Sabemos que a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Paulista de Geografia não monopolizam a produção brasileira sobre o urbano, mas de certa forma são os periódicos com divulgação de grande alcance, visto que a primeira é uma publicação de um órgão público de planejamento e desenvolvimento (IBGE, sede Rio de Janeiro) e o segundo é uma publicação da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) – Seção São Paulo, ou seja, publicações dos centros mais importantes do país.

Quanto à periodização, estabeleceu-se intervalos decenais entre 1940 e 1990, com exceção do intervalo entre 1940 e 1956, pois este ano é considerado um marco de mudança na geografia brasileira, pois foi nesse ano que se realizou o Congresso da União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro. Realizou-se também uma análise quantitativa dos artigos publicados em que se procurou revelar os autores que mais artigos publicaram. Apesar do problema da quantificação, os nomes que surgiram são / foram de pesquisadores de renome, autores de livros clássicos em geografia urbana.

Para uma melhor avaliação, elegemos sete grandes temas da geografia urbana para agrupar os artigos com a finalidade de observar quantitativamente quais temas que foram mais privilegiados e em qual período de tempo. Os temas foram: A (Monografias urbanas); B (Área de influência / Rede urbana / Cidade-região / Funções urbanas); C (Organização interna da Cidade); D (Processo de urbanização); E (Proposições Teórico-metodológicas); F (Políticas Públicas e planejamento) e G (Outros Temas). Compreendemos as limitações na escolha desses temas e sabemos das possíveis discordâncias quanto à classificação dos artigos em cada um deles, mas isto é apenas uma análise preliminar sujeita, portanto, a retificações.

4. A ANÁLISE

É importante salientar que entre os dois periódicos há uma discrepância quanto ao volume total de artigos. Deve-se considerar que o BPG só começou a ser publicado em 1949, quase uma década após a RBG. Além disso, a RBG por ter um maior número de volumes publicados, conseqüentemente possui um maior número de artigos.

Na RBG foram publicados 1.159 artigos, dos quais 12% abordam a temática urbana. Em números absolutos, a RBG publicou um pouco mais que o triplo de artigos de geografia urbana comparada ao BPG.

Podemos comparar os dois periódicos quanto à freqüência da publicação de artigos sobre a cidades, se mantivermos as devidas proporções numéricas, o BPG reservou maior espaço para a temática urbana do que a RBG no primeiro período entre 1940 e 1955.

Tabela 1: Trabalhos levantados nos periódicos geográficos selecionados

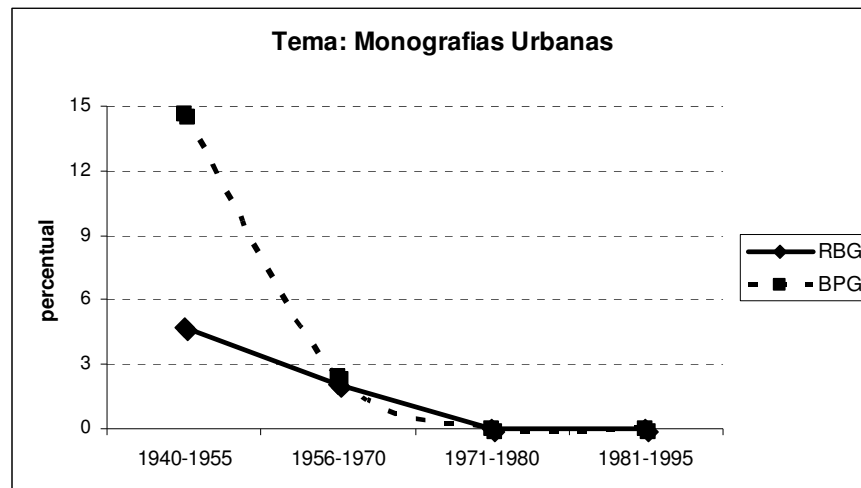
PERÍODOS	Nº DE ARTIGOS PUBLICADOS	
	RBG (v.1 n.1 – v. 57 n. 4)	BPG (n. 1 – n. 76)
1940 - 1955	14	12
1956 - 1970	29	15
1971 - 1980	43	6
1981 - 1995	62	13
TOTAL DE ARTIGOS	148	46

Considerando o número total de trabalhos publicados verifica-se que aqueles considerados como “monografias urbanas” foram mais expressivos no período de 1940-1955 em ambos periódicos analisados. De acordo com Abreu (1994), a monografia urbana era uma síntese urbana pela integração de dados físicos e humanos. Ele diz ainda que “era o resultado da aplicação do método da geografia regional à cidade” (ABREU, 1994, p. 208).

Essa característica marcante nas publicações deve-se a Pierre Monbeig. Abreu revela a importância desse modelo de estudo quando afirma que “é inegável que o método sugerido por Monbeig não apenas se afirmou na geografia brasileira, como teve também um papel orientador fundamental na evolução subsequente dos estudos urbanos no país” (ABREU, 1994, p. 213).

Ainda comentando sobre a produção desse período é preciso enfatizar que diferente da RBG, que tem como principal tema monografias urbanas (Gráfico 1), no Boletim Paulista de Geografia há estudos que privilegiam outros temas como o processo de urbanização e estudos sobre funções urbanas. Segundo Corrêa, “os estudos urbanos realizados nos anos 40 privilegiaram a cidade considerada isoladamente, abordando, em muitos casos, exclusivamente o seu espaço interno; em outros, adicionalmente, consideraram a posição e as funções urbanas” (CORRÊA, 1994, p. 325).

Gráfico 1



Fonte: RBG e BPG.

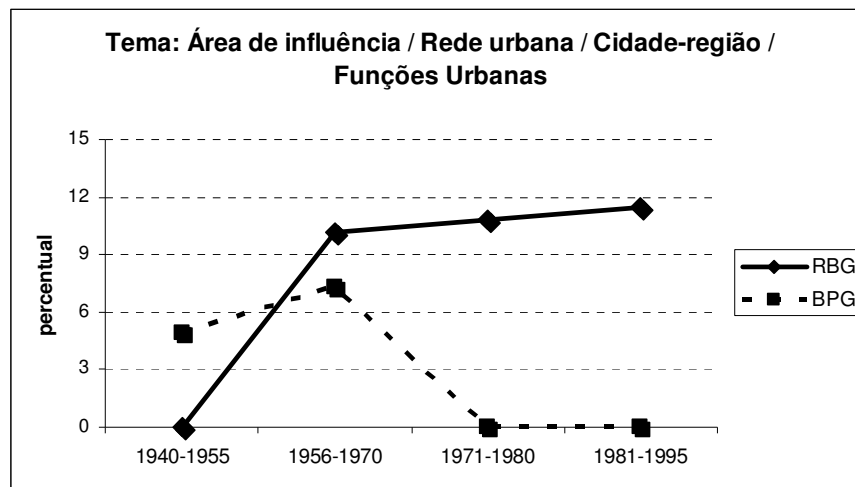
No início da década de 1940, os pesquisadores com maior número de artigos na RBG não têm formação acadêmica em Geografia, até por que ainda era recente a institucionalização dessa ciência tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro. Em geral, são pesquisadores do CNG (Conselho Nacional de Geografia) com formação em Engenharia (Jerônimo Cavalcanti; Moacir M. F. Silva; Virgílio Correa Filho). Diferentemente, o BPG, com o início da sua publicação no final da década de 1940, já conta com artigos frutos de uma Geografia acadêmica, merecendo destaque os nomes de Nice Lecocq Müller e Pasquale Petrone.

No segundo período considerado, pós-Congresso da UGI (1956-1970), nota-se na Revista Brasileira de Geografia o acréscimo de artigos que abordam temas como Área de influência / Rede urbana / Cidade-região / Funções urbanas (Gráfico 2). Corrêa afirma que “por intermédio de Jean Tricart e Michel Rochefort, o tema rede urbana a propósito foi introduzido no país” (CORRÊA, 1994, p. 326). E Abreu, por outro lado, comenta que “aos geógrafos importava

agora analisar principalmente a estrutura urbana, definida de forma dinâmica, a partir das relações que se estabelecem entre cada parte da cidade” (ABREU, 1994, p.227). É um tema de permanente interesse na RBG, diferente do BPG que apesar de publicar alguns artigos com essa temática, nesse periódico destaca-se o elevado número de estudos sobre Organização Interna da Cidade.

É também importante frisar os nomes daqueles que aparecem como geógrafos que mais publicaram artigos nesse segundo período. São eles Pedro Geiger e Roberto Lobato Corrêa na RBG, ambos funcionários do IBGE e Aroldo de Azevedo, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Gráfico 2



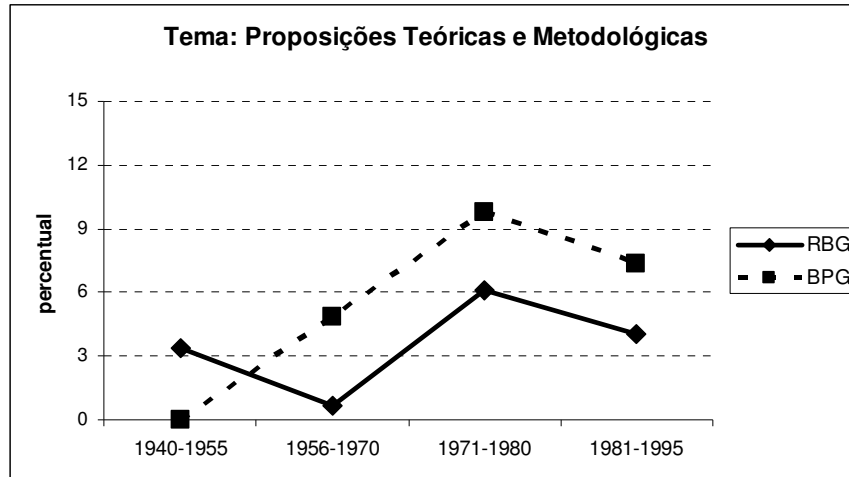
Fonte: RBG e BPG

Na análise dos dados para identificação e caracterização das temáticas abordadas nos artigos sobre Geografia Urbana publicados nos periódicos selecionados, verificou-se que mais de 20% dos artigos de ambos periódicos ao longo de todo o recorte temporal considerados privilegiam esse dois temas, a RBG mais sobre Área de influência / Rede urbana / Cidade-região / Funções urbanas e o BPG mais sobre Organização Interna da Cidade.

Durante a década de 1970 merece destaque o número de artigos que apresentam proposições teórico-metodológicas. Contudo, são bem diferentes as abordagens teóricas entre os artigos publicados no Rio de Janeiro e São Paulo, lembrando novamente que a RBG estava vinculada a uma órgão federal, enquanto o BPG possui uma maior flexibilidade e, de certa forma, uma maior liberdade.

Como dito anteriormente, esse período compreende a fase de maior força do neopositivismo, com pesquisas sob orientação de métodos operacionais matemáticos e estatísticos, com a apresentação de modelos baseados na análise fatorial e teoria dos grafos. Corrêa afirma que “os estudos enfatizavam o desenvolvimento, o mercado e a eficiência e equidade socioespacial” (CORREA, 1994, p. 336). É um novo contexto de pesquisa, que segundo Almeida, “enfocava o processo de metropolização, que a figura de Speridião Faissol mais uma vez tomará a liderança de um polêmico processo de produção acadêmica na Geografia do IBGE” (ALMEIDA, 2000, p.50). Os vários artigos publicados por ele nesse período apresentam uma linha utilizando técnicas quantitativas variadas. “Não duvidamos, portanto, que um claro indício neopositivista em Faissol há de ser precisamente esse seu manejo consciente com a linguagem em sistemas” (REIS JUNIOR, 2004, p. 64).

Gráfico 3



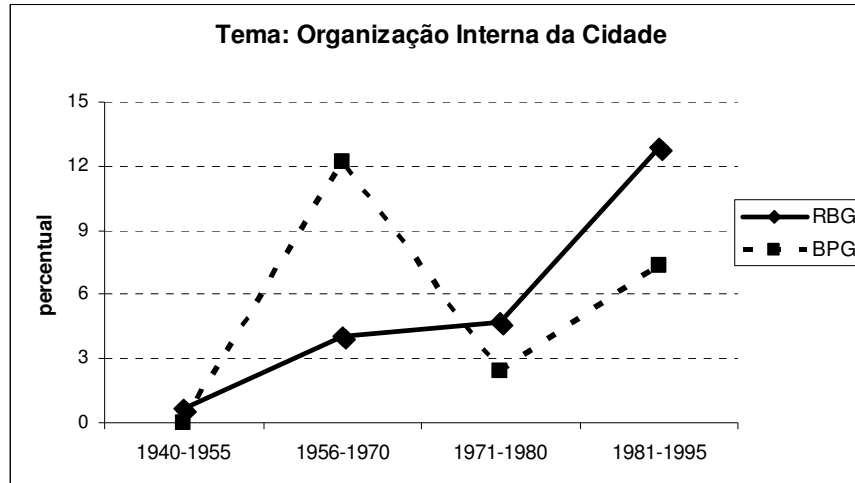
Fonte: RBG e BPG

Outro nome que tem destaque na década de 70 é o de Fany Davidovich, que publica oito artigos basicamente teóricos na RBG, “que tendiam a explicar em termos mais políticos do que técnicos os processos de urbanização, abrindo com isso canais de comunicação mais efetivos entre as áreas de planejamento urbano situadas em agências como o SERFHAU* ou o Ministério de Urbanismo e o IBGE” (ALMEIDA, 2000, p.187).

O período posterior, década de 80, é a fase mais crítica da Geografia, em que muitos estudos apresentam uma base teórica calcada no materialismo histórico e dialético. As críticas são incisivas à acumulação de capital, agentes sociais e lutas de classes, temáticas muito mais restritas ao âmbito interno da cidade, e por isso uma fase de maior destaque para temas sobre a Organização Interna da Cidade (Gráfico 4). Corrêa, no entanto, alerta para o fato de “que parte do que foi produzido durante a década de 80 o foi segundo uma abordagem teórico-quantitativa ou empregando métodos mais tradicionais ainda. Nos anos 80 enfatizou-se, em realidade, no âmbito da geografia urbana brasileira, os estudos intra-urbanos, privilegiando especialmente temas vinculados ao espaço residencial das cidades. Poucos são os geógrafos que abordaram o tema em questão sob um ângulo crítico” (CORRÊA, 1994, p. 253).

* Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

Gráfico 4



Fonte: RBG e BPG

Do conjunto de artigos publicados nesse período destaca-se o nome de Roberto Lobato Corrêa, que foi importante na orientação de pesquisas no IBGE e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Almeida (2000) ele orientou a maioria dos pesquisadores que desenvolveram teses e trabalhos internos sobre a estrutura interna das cidades, principalmente sobre o Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2000, p. 189).

Reconhecemos as limitações de destacar os autores pelo número de artigos publicados, visto que não são apresentados determinados geógrafos que foram de fundamental importância para a geografia urbana brasileira. Se, no entanto, considerarmos todos os artigos publicados nos dois periódicos desde 1940 até 1995, apesar do problema quanto a ser uma análise quantitativa, os nomes que surgiram são / foram de pesquisadores de renome, autores de livros clássicos em geografia urbana. Na RBG os autores que mais publicaram foram Fany Davidovich, Roberto Lobato Correa, Pedro Geiger e Speridião Faissol, todos eles foram pesquisadores do IBGE. Já no BPG, os autores de destaque são Pasquale Petrone, Milton Santos e Aroldo de Azevedo, pesquisadores de renome acadêmico nacional e internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto principal deste artigo foi o de levantar e analisar a produção bibliográfica no âmbito de dois periódicos geográficos selecionados a fim de contribuir para a compreensão da evolução do pensamento geográfico no Brasil. A partir dessa análise ficou claro que a Geografia Urbana tem atraído cada vez mais a atenção dos geógrafos. Isso pode ser facilmente constatado pelo número de artigos sobre essa temática, que entre os anos de 1940 a 1955 somavam nas duas publicações, RBG e BPG, 23 artigos, ao passo que entre 1981 e 1995 esse número aumentou para 78 artigos.

A grande complexidade das transformações na produção do espaço urbano promove gradualmente a necessidade de um conhecimento aprofundado e talvez seja esse um dos motivos porque os geógrafos têm se interessado cada vez mais pela temática urbana.

Apresentamos os temas que receberam mais atenção de acordo com os períodos destacados na intenção de distinguir as mudanças que ocorreram na Geografia urbana ao longo do recorte

temporal considerado, salientando as temáticas privilegiadas. O que mostra como os estudos sobre a cidade foram enriquecidos e atualmente apresentam abordagens cada vez mais diversas, o que torna a Geografia Urbana importante tanto para a própria ciência geográfica como para a sociedade. Para um prosseguimento deste estudo, sugerimos algumas questões para futuras pesquisas, que são as seguintes:

- Quais as raízes das diferenças entre a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Paulista de Geografia?
- Quais são as bases teóricas da RBG?
- Quais são as bases teóricas do BPG?

São questões que visam contribuir para uma melhor compreensão da Geografia Urbana Brasileira, ampliando o conhecimento geográfico sobre esta temática.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. Políticas Públicas e Estrutura Interna das Cidades: Uma Abordagem Preliminar. In: **Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (Sessões Dirigidas)**. Fortaleza: AGB, 1978, pp. 13-21.

_____. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação. In: **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 199-322.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000.

CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani. Repensar a Geografia Urbana Brasileira: O Balanço de um Simpósio. In: **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 9-15.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

CORREA, Roberto Lobato. A Geografia Urbana no Brasil: Uma Avaliação. In: **Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (Sessões Dirigidas)**. Fortaleza: AGB, 1978, pp. 9-12.

_____. Hinterlândias, Hierarquias e Redes: Uma Avaliação da Produção Geográfica Brasileira. In: **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 323-359.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, (n. 1, p. 19-67, jan./mar.), (n. 2, p. 20-56, abr./jun.), (n. 3, p. 16-59, jul./set.), 1939.

_____. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 41-148, 1944.

FREDRICH, Olga Maria B. de Lima. Algumas Reflexões sobre a Geografia Urbana no Brasil. In: **Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (Sessões Dirigidas)**. Fortaleza: AGB, 1978, pp. 23-29.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a Geografia Urbana Brasileira. In: **Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (Sessões Dirigidas)**. Fortaleza: AGB, 1978, pp. 31-36.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 113- 137, 1943.

MÜLLER, N. L. Evolução e estado atual dos estudos de Geografia Urbana no Brasil. IN: **Anais do Simpósio de Geografia Urbana**, Buenos Aires, junho de 1966. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968.

REIS JUNIOR, Dante. Pensamento geográfico brasileiro: os predicados de Speridião Faissol (1923-1995). **Geouerj**, Rio de Janeiro, n. 15/16, p. 59-71, 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re) produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.